

Como o FMI impede o desenvolvimento da África | Carta semanal 21 (2025)



A arte deste boletim foi produzida pelo departamento de arte da Tricontinental para o nosso dossiê de maio, *O acordo de Fausto da África com o Fundo Monetário Internacional*.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

No início de 2025, o Sudão **registrou** uma alarmante relação dívida/Produto Interno Bruto (PIB) de 252%. Isso significa que a dívida pública total do país é 2,5 vezes maior que toda a sua produção econômica anual. Não é difícil entender por que o Sudão está em uma situação tão terrível. Como destacamos na **carta da**

semana passada, o país está imerso em um conflito há décadas, o que interrompeu severamente qualquer possibilidade de crescimento econômico e estabilidade financeira. No entanto, de certa forma, o Sudão — um dos países mais ricos em termos de recursos, mas o mais pobre em termos de renda familiar e riqueza — também é representativo do que vem acontecendo no continente africano. Em 2022, a **razão média** dívida/PIB nos países subsaarianos era de 60%, o dobro do que era em 2013. Esse aumento do endividamento é chocante.

A dívida total da África ultrapassa 1 trilhão de dólares, com **custos** de serviço da dívida de 163 bilhões por ano. A dívida total dos países em desenvolvimento atingiu 11,4 trilhões em 2023, quatro vezes o total de 2,6 trilhões de 2004. Esse aumento extraordinário **induziu** uma crise da dívida em mais de 30 dos 68 países de baixa renda. Essa dívida crescente impacta o desenvolvimento de duas maneiras principais:

1. Devido ao aumento do risco de inadimplência, o crédito adicional torna-se muito caro e, muitas vezes, só está disponível por meio de credores comerciais. A dívida comercial total da África representa agora **43%** de sua dívida externa total – mais que o dobro do que era em 2000.
2. O alto serviço da dívida limita a flexibilidade fiscal, forçando muitos governos a cortarem gastos com educação, saúde, desenvolvimento industrial e infraestrutura. Em muitos países africanos, isso levou a medidas de austeridade generalizadas: em 2022, 22 países **gastaram** mais com o pagamento de juros de suas dívidas do que com saúde e seis deles gastaram mais com o serviço da dívida do que com educação. Um alto nível de dívida leva, em última análise, a medidas de austeridade e, portanto, à contração econômica.

Apenas alguns países africanos conseguiram ficar imunes à crise, em grande parte porque têm populações menores e exportam bens de alto valor. Um desses países é a Guiné Equatorial, que tem uma população de 1,8 milhão de habitantes, **arrecada** 5,13 bilhões de dólares por ano (principalmente com a exportação de petróleo bruto e gás natural) e tem uma **razão** dívida/PIB de 31,3%. Outro é Botsuana, que tem uma população de 2,5 milhões de habitantes, **arrecada** 5,33 bilhões de dólares por ano com a exportação de diamantes e tem uma **razão** dívida/PIB de 27,4%.



O *Acordo de Fausto da África com o Fundo Monetário Internacional* (maio de 2025) é o terceiro de uma série de dossiês que examina o impacto da crise econômica na África (o primeiro foi *Vida ou dívida: o limiar estrangulador do neocolonialismo e a busca de alternativas na África*, de abril de 2023, seguido por *Como o neoliberalismo usou a “corrupção” para privatizar a vida na África*, de novembro de 2024). Essa série de três partes, escrita por mim e pela pesquisadora sênior Grieve Chelwa, será publicada pela **Inkani Books** ainda este ano, em formato expandido e com uma introdução robusta.

A série argumenta que:

1. O período colonial empobreceu o continente africano, tanto em relação às suas riquezas quanto a seu povo, milhões dos quais foram capturados, levados para as Américas e brutalmente escravizados. Quando os países africanos conquistaram sua independência, nas décadas de 1960 e 1970, simplesmente não possuíam os recursos estatais ou o capital acumulado nas mãos do setor privado necessários para a construção de grandes infraestruturas e a industrialização.
2. Os países africanos que tentaram acumular poupança interna e tomar empréstimos do bloco socialista para grandes projetos de infraestrutura – como barragens e sistemas elétricos que haviam sido deliberadamente negligenciados pelos governantes coloniais – tiveram líderes assassinados (Patrice Lumumba, do Congo, em janeiro de 1961, e Louis Rwagasore, do Burundi, em outubro de 1961) e golpes de Estado (Kwame Nkrumah, de Gana, em fevereiro de 1966).
3. O sistema neocolonial estruturou a economia mundial de tal forma que os países africanos foram impelidos a venderem suas matérias-primas a preços baixos; recebem *royalties* mínimos de corporações multinacionais ocidentais; pagam preços altos por produtos acabados importados (em muitos casos, fontes de energia); tomam empréstimos por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de credores comerciais ocidentais para cobrir seu *déficit* orçamentário; pagam altas taxas de serviço da dívida; aderem a programas de austeridade a mando do FMI; e então entram em uma espiral de dívida aparentemente eterna.
4. O FMI e suas diversas agências associadas (como a Transparência Internacional) pressionam os governos de países africanos vulneráveis a enfraquecer ainda mais sua capacidade estatal, fechando departamentos regulatórios e reduzindo sua própria competência para negociar acordos com credores ocidentais e empresas multinacionais de mineração. Um Estado encolhido significa que o povo daquele país – e do continente como um todo – tem menos poder de negociação dentro da estrutura neocolonial.



Em nosso dossiê mais recente, mostramos como a nova política do FMI para o continente africano muito se assemelha à sua antiga política (como ocorre em outras partes do mundo, como discutimos em nosso dossiê de outubro de 2023, *Como o Fundo Monetário Internacional está esmagando o Paquistão*). Apresentamos um breve resumo das seguidas tentativas de construir instituições financeiras africanas, como um Banco Central Africano, um Banco Africano de Investimento, uma Bolsa de Valores Pan-Africana e um Fundo Monetário Africano. A data limite para a construção dessas instituições já passou, mas a necessidade delas permanece na

Agenda 2063 da União Africana (definida em 2013). Também defendemos o regionalismo no continente, utilizando o debate em torno da Área de Livre Comércio Continental Africana. Não existe uma panaceia fácil. Ao final do dossiê, analisamos o caso do Senegal para compreender os desafios enfrentados pelos países que afirmam sua soberania. Quando o novo governo progressista do país, liderado por Diomaye Faye, auditou os dados reportados ao FMI e mostrou que alguns deles estavam incorretos, o FMI respondeu suspendendo a linha de crédito de 1,8 bilhão de dólares do Senegal. Agora, o que o Senegal deve fazer? O governo de Faye retornará ao FMI em junho. Encerramos o dossiê perguntando: “Outros caminhos se abrirão para o Senegal, ou ele estará fadado a se arrastar pela agenda de austeridade e dívida do FMI que atormenta os países do Sul Global há décadas?”.



No ano anterior à pandemia, voei do aeroporto de Entebbe, em Uganda, para a cidade de Kisoro, perto da fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). Um guia chamado Katende e eu dirigimos até a fronteira que atravessa a cidade de Bunagana, onde o grupo rebelde M23 (o Movimento 23 de Março, apoiado por Ruanda) havia se estabelecido do lado congolês da fronteira. Passamos pelas belas colinas verdes do sudoeste de Uganda até chegar à cidade praticamente deserta e ao posto de fronteira desolado. Houve discussões sobre a modernização do posto de fronteira devido ao grande volume de mercadorias que cruzava

de ambos os lados. Mas agora, como resultado da guerra em curso, tudo o que se vê são algumas poucas bicicletas, muitas vezes apenas ocupadas por guardas e funcionários da alfândega indiferentes.



Por intermédio de Katende, conversei com algumas pessoas que circulavam por uma pequena loja chamada *duuka* (do hindi *dukan*, trazido para esta parte de Uganda por comerciantes indianos conhecidos antigamente como *dukwallas*). Nessa loja, conheci uma comerciante idosa que frequentemente cruzava a fronteira com

mercadorias da RDC. Que tipo de mercadorias? De todos os tipos, às vezes também diamantes. O nome dela era Ssuubi e ela falava luganda. Ela disse algo que fez Katende rir. Perguntei o que era. Ele pegou meu caderno e anotou o que ela havia dito: *Akakonge ak'omu kkubo. Bwe katakukuba magenda, kakukuba amadda*. Então, me entregou o caderno no qual havia escrito: “Se o pequeno toco de árvore no caminho não te fizer tropeçar na ida, ele te fará tropeçar na volta”. Suspeito que Ssuubi estivesse falando sobre contrabando e guardas alfandegários. Mas talvez isso fosse apenas um reflexo da vida, com o destino no centro de sua pobreza, apesar de estar envolvida no contrabando de diamantes — tão baratos aqui, mas tão caros quando chegam aos Estados do Golfo ou a Antuérpia e, ao fim, às joalherias de luxo ao redor do mundo.

Ssuubi permanecerá no duuka comprando um suco, comendo uma refeição pronta, esperando ao sol para ver se é seguro cruzar a fronteira e, em seguida, lidará com os homens armados do M23 do outro lado, encontrará alguém para vender seus diamantes e outras coisas, caminhará de volta, tentará não tropeçar e, finalmente, venderá os diamantes por quase nada a um negociante que os levará ao porto de Mombasa, no Quênia, de onde serão enviados para fora da África. Nenhuma das pessoas envolvidas – a pessoa que encontrou os diamantes no chão, a pessoa que os vendeu para Ssuubi, a própria Ssuubi ou a pessoa que os compra dela e os leva para Mombasa – ganha com essa riqueza. Quando o navio atraca nos Estados do Golfo ou em Antuérpia e chega à pessoa que os polirá, o capital começa a se acumular. Antes disso, é a pobreza que acompanha as joias de mão em mão, enquanto aqueles que o fazem vivem uma existência precária. Esta é a realidade da riqueza africana e seu roubo. É isso que está por trás do peso da dívida e da agenda de austeridade do FMI.

Cordialmente,

Vijay